

18 AGO 1981

JORNAL DE BRASÍLIA

Brasília

Áreas verdes

Projeto está tramitando de forma errada

O Projeto de Desafetação de Bens de Uso Comum do Povo do Distrito Federal está tramitando no Congresso Nacional de forma errônea, segundo denunciou ontem o advogado Osmar Alves de Melo. Isto porque, explica ele, o projeto trata de alienação de áreas previstas como absolutamente inalienáveis no Código Civil e seria uma revogação indireta do inciso I, do artigo 66, do código, que estabelece entre estas áreas, os espaços livres, estradas, ruas, praças, mares e rios.

Por ser uma revogação de artigo do Código Civil, o projeto teria que ter **quorum** especial para aprovação (metade mais um dos congressistas) e não **quorum** simples, da forma como foi enviado (metade mais um dos votantes, apenas).

"Isto tem implicações seríssimas e, a longo prazo, o plano original terá perdido todas as suas características. Seria o fim de Brasília, diz o advogado Osmar Melo. A garantia do secretário de Viação e Obras, José Carlos Mello, de que "não é intenção do GDF vender áreas verdes no Lago", não chega a convencer o advogado, que considera o projeto "dúbio o suficiente para permitir a venda de qualquer área livre, patrimônio do povo".

Ele indica como exemplo o artigo 2º que afirma que "os bens desafetados (...) poderão ser alienados, na forma da legislação em vigor, à União, às entidades de sua administração indireta e às do Distrito Federal". "Ora, a Terracap é um órgão da administração indireta do GDF, e se tiver um terreno alienado, ela pode fazer dele o que quiser, inclusive vender. Se já fizeram isso, mesmo sem qualquer lei, o que não podem fazer com a aprovação dessa medida?"

O advogado lembra os blocos de estabelecimentos comerciais, localizados nas QI 9 e 10 do Lago Sul, "espaços livres vendidos a particulares, o que não estava previsto no plano original".

LAGO

Segundo o secretário José Carlos Mello, o projeto foi feito quase que especificamente para o Lago Norte e Sul, "onde as plantas registradas frequentemente apresentam falhas no que diz respeito à definição de locais para instalação de serviços de utilidade pública". Ele afirma que centros comerciais não fazem parte, neste caso, de "serviços públicos", frisando, como exemplo, "a instalação, se necessária, de uma central da Telebrasil, ou vias de acesso".

José Carlos diz que, mesmo assim, não há razão para que o projeto seja específico para o Lago. "E se amanhã surgir uma necessidade qualquer no Setor Gráfico, por exemplo. A construção de uma via? Aí não seria possível, pois o projeto seria específico. Então por que limitar?"

Destacando que a urbanização do Lago Norte está sendo feita "sempre com acompanhamento da comunidade", o secretário assegura que se o projeto de desafetação for aprovado, "nenhuma medida no plano de áreas livres será tomada sem que antes a comunidade seja ouvida".

Mas o advogado não acredita muito nisso. "Ilegalmente já venderam, e, além do mais, não fica especificado o que é o serviço público que o projeto menciona".

Osmar Alves Melo diz que já pode até prever a pressão de grupos de empresários tentando conseguir uma área nas entrequadras, "porque áreas livres ainda temos muitas". Ele afirma que o Lago o preocupa mais, "porque será uma corrida enorme para conseguir um terreno na orla. Empresas virão com projetos belíssimos, de edifícios que delineiam sombras nas águas do Lago, e serão aprovados, porque infelizmente é fácil aprovar estas coisas em nosso país, mesmo que em prejuízo da qualidade de vida".

Para exemplificar como isto pode ocorrer, ele lembra o exemplo do edifício Baracat, com 17 andares, enquanto todos os outros do mesmo padrão no SCS têm 13 andares. "A legislação previa apenas a altura máxima dos edifícios. Então eles rebaixaram os tetos interiores e fizeram mais andares. Quanto não foi o lucro obtido com isso?" Pergunta o advogado, lembrando que, o lucro "foi obtido com prejuízo da qualidade de vida". Osmar Alves Melo profetiza ainda que "se o mesmo acontecer com o Lago, nós perderemos o Paranoá para uma Nova Copacabana".

ARQUITETO

Para analisar o projeto e suas consequências sobre o plano original da cidade, o Instituto dos Arquitetos do Brasil terá uma reunião extraordinária, convocada ontem por seu Departamento de Brasília, e, segundo o presidente da entidade, Marcos Antonio Galvão, está "preocupando muito toda a classe". Marcos Galvão preferiu deixar para depois da reunião, a divulgação de uma posição oficial da entidade. Mas ele adianta, como opinião pessoal, que se o projeto for aprovado, "eles podem vender até toda a cidade".